

Revista
IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Agricultura Familiar Camponesa e Cooperativismo no Maranhão

Jhonny Santos Da Silva¹

Resumo

Este trabalho é resultado da disciplina Dinâmica Territorial do curso de mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. O objeto de estudo são as cooperativas camponesas maranhenses, sobretudo das regiões sul e oeste, onde esses agricultores se organizam em rede no intuito de fortalecer a luta em defesa do cerrado e da Amazônia através de uma outra lógica produtiva. A pesquisa é de caráter documental com um diálogo teórico entre o pensamento antropológico e o marxismo. A realidade da agricultura familiar brasileira e também maranhense são apresentadas em tabelas e bastantes números que refletem a importância desses camponeses para a produção de alimentos, bem como a necessidade de se repensar a nossa estrutura agrária e agrícola. Coletamos os dados sobre a estrutura cooperativista camponesa no Maranhão no intuito de compreender como se dá essa relação e a necessidade de serviços públicos que atentem para essas emergências. Por fim, concluímos que há um conflito de classes que se apresenta em outras frentes que não apenas no setor

¹ Estudante do curso de mestrado em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional pela UEMA/São Luís e bolsista pela FAPEMA. jhcentru@gmail.com

agrário, mas também no produtivo e que carece de políticas públicas por parte da União e principalmente do governo do Estado do Maranhão.

Palavras-chave: *cooperativismo camponês, Maranhão, agricultura familiar.*

Abstract

The work that follows is the result of the discipline of the Territorial Dynamics Master's degree in Sociospatial Development and Regional. The object study are the peasant cooperatives maranhenses highlighting the south and West where these farmers are organized in a network order to strengthen the struggle in defense of Cerrado and the Amazônia trough another productive logic. The research is of a nature documentary theoretical dialogue between the anthropological thought and Marxism. The reality of family faming in Brasil and also are Maranhão presented in tables and plenty of numbers that reflect the importance these peasants to produce food and the need to rethink our agricultural and agrarian structure. We collect data on how is this relationship and the need for public to watch for such emergencies. Finally, we conclude that is a class conflict that presents itself on other fronts that not only agricultural, but the productive as well.

Keywords: *peasant cooperatives, Maranhão, family farms.*

Introdução

“Agricultura familiar é a principal fonte de ocupação do meio rural brasileiro” (GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 63). Conforme dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, o Brasil apresenta uma população de 190.755.799 pessoas e, deste total, 15,64% residem no campo. Há, no entanto, um número insuficiente de informações sobre a questão agrária disponíveis nos institutos, fundações e órgãos governamentais do Brasil.

Mesmo diante dessas insuficiências, os dados revelam um Brasil ocupado por camponeses, mas que vivem à mercê de ONGs, de serviços públicos mínimos e de seu principal algoz – o agronegócio.

O presente trabalho compreende as limitações impostas pelo capital à agricultura familiar brasileira; contudo, propõe-se a descrever e apresentar os dados referentes à questão agrária brasileira, como elemento fundamental no processo de fortalecimento da agricultura familiar e erradicação da miséria, assim como analisar a questão socioprodutiva desses camponeses e a formação de cooperativas como instrumento de organização da produção.

Para o conceito de camponês optamos pela seguinte descrição:

[...] poseedor de una porción de tierra que explota por su cuenta con su propio trabajo manual como ocupación exclusiva o principal, apropiándose de primera mano, en todo o en parte, los frutos obtenidos y satisfaciendo con éstos, directamente o mediante su cambio, las necesidades familiares. (CALVA, 1988, apud MACHADO, 2006, p. 60).

Embora na segunda seção haja uma discussão teórica que envolve termos e conceitos sobre camponês e agricultor familiar, resolvemos descrever algo mais genérico que enfatize de forma simples e consensual os diversos termos que apresentaremos adiante.

Ainda na segunda seção, destacamos pensadores que abordam a relação entre camponeses e cooperativas. Para tanto, o debate gira em torno de dois pensamentos distintos entre antropologia e marxismo. De um lado, há a ideia de rupturas e continuidades (WANDERLEY, 2004, 1996) e, de outro, o processo de transformação radical das estruturas pré-capitalistas aos moldes do Capital (MARX e ENGELS apud MACHADO, 2006). Dessa forma, acreditamos que o texto consegue abarcar, de forma oposta, a relação camponês e cooperativa e sua importância no contexto da produção de alimentos.

Na terceira seção, apresentamos os números referentes à questão agrária no Brasil, conforme dados oficiais, e destacamos a atuação de cooperativas do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e dos

diversos sujeitos que também colaboram no incentivo e constituição de cooperativas camponesas.

Na quarta seção, descrevemos a realidade das cooperativas camponesas no Maranhão, através dos diagnósticos e dados publicados em sítios, cartilhas e documentos oficiais.

Na quinta e última seção, chegamos aos números da agricultura familiar e sua relação com as cooperativas agroextrativistas nas regiões sul e oeste do Maranhão. Para isso, recorreremos a diversos documentos (atas, diagnósticos, relatórios, cartilhas etc.), além de mapeamentos governamentais e não governamentais.

Esses dados demonstram uma parcela simples da realidade dos camponeses organizados em cooperativas que visam outro modelo produtivo, distinto da lógica produtivista do agronegócio. Portanto, a pesquisa é classificada como documental e colabora na compreensão da relação entre os camponeses maranhenses e suas cooperativas solidárias na pretensão de uma outra economia.

Agricultura familiar camponesa e o cooperativismo, um passeio teórico

“Camponês é uma mistificação” (SHANIN, 2005, p. 1). Para este autor, não existe uma definição específica que enclausure todos os camponeses do mundo em suas diversas sociedades. A justificativa de Shanin para a “mistificação” do camponês está diretamente relacionada com interesses por parte tanto de acadêmicos à procura de prestígio quanto de políticos manipuladores.

O termo camponês só pode ser entendido dentro de cada esfera societária em suas respectivas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Conforme Neves (2007, p. 221), a recorrência dos termos agricultor de subsistência ou de baixa renda, camponês, pequeno produtor, ao lado dos termos de dependência – colono, meeiro, posseiro –

ou de apropriação da terra – posseiro – demonstra a preocupação com a diversidade de modos de existência e a ausência de uma categoria genérica de designação. Um levantamento feito na década de 1990 por pesquisadores do Departamento de Economia Rural da FCA/UNESP classificou mais de mil títulos relacionados. Mesmo diante da diversidade de termos, um atrito é relevante entre o conceito tradicional *camponês* e a hodierna *agricultura familiar*.

Para melhor ilustrar esse relevo entre camponês e agricultura familiar, trouxemos os questionamentos sobre as *rupturas e continuidades* interpostas nessa relação que ora se complementa ora se substitui:

[...] trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos, frequentemente vistos como “gestados” pela própria ação do Estado? A inserção desses camponeses na sociedade moderna não termina por provocar mudanças significativas nos traços característicos do campesinato tradicional? O que muda? Os agricultores que se formam a partir dos estímulos das políticas públicas – não se corre o risco de desconhecer e negar sua própria história? Não seria esta uma história camponesa? (WANDERLEY, 2004 p. 44).

A substituição do termo camponês por agricultor familiar revela uma realidade para além do sujeito político campesino que, ao longo de sua história, reflete uma luta local que é correspondida na universalização da sobrevivência de uma categoria social camponesa. Contudo, não há como negar que as sociedades camponesas sempre estiveram subordinadas relativamente ao contexto de cada sociedade. Ainda segundo Wanderley (2004), não é mais possível explicar a presença de

agricultores familiares na sociedade atual apenas como uma simples reprodução do campesinato clássico.

O que está em questão é se o camponês é um subconjunto da esfera agricultura familiar ou o inverso. O hoje delimitado conceito de agricultura familiar é resultado de esforços teóricos e práticos no intuito de organizar as dispersas compreensões e articular políticas públicas para o agricultor familiar brasileiro e suas derivações. Este, por sua vez, carrega uma trajetória marginal (enquanto camponês) diante dos programas e políticas direcionados para agricultura brasileira. É visível o quanto o camponês brasileiro esteve à mercê de suas próprias forças enquanto o Estado redirecionava investimentos e custeios para a conhecida agricultura patronal².

Para Wanderley (1996), “quando comparado ao campesinato de outros países, no Brasil o setor foi historicamente bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”.

Contudo, diante das delimitações dos conceitos e do dito esquecimento, é incontestável a importância do camponês tradicional e da recente agricultura familiar não somente na produção de alimentos para os brasileiros, como também na formação social, cultural, política e econômica desse povo. Mesmo com os escassos investimentos, o agricultor familiar brasileiro se reproduz em meio às investidas do capital para sua proscricção.

Os diversos conceitos antropológicos que caracterizam apologeticamente o campesinato são bastante criticados,

[...] a ‘reprodução camponesa’ não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo

² Isso é verificável em programas como PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) I, II e III.

com seus interesses. Não é absolutamente a recriação de um produtor independente de mercadorias, muito menos de um produtor de valores de uso ou de um camponês no sentido clássico; é, pelo contrário, uma forma concreta de reprodução do próprio capital via um 'novo camponês' que nada mais é do que trabalhador para o capital (MARX; ENGELS apud MACHADO, 2006, p.43).

Nesse sentido, a unidade produtiva familiar não pode ser reconhecida como um modo de produção autônomo como acreditava Chayanov (1974), muito menos pode ser vista como uma constante secular como afirmam alguns cientistas sociais (WOLF 1976; WANDERLEY, 2004). Percebemos uma relação dialética entre o novo e o velho em que há uma reciprocidade de elementos que formam o novo/velho, necessariamente nessa ordem.

Outro fator que causa debate no meio acadêmico e nos movimentos sociais é a inserção do cooperativismo como instrumento de luta contra as regras do capital. A ambiguidade do cooperativismo talvez seja seu maior alçoz. Seja no sistema capitalista, seja nas tentativas socialistas, o cooperativismo se sustenta ora à revelia do mercado ora aos comandos estatais. A ambiguidade do cooperativismo leva a diversas afirmações precipitadas ou equivocadas, tais como ser ele uma “alternativa ao capitalismo” (SINGER, 2002) ou, numa absurda apologia desenvolvimentista, ter o cooperativismo “importante contribuição no crescimento e desenvolvimento do país, pois serve de colchão amortecedor do desemprego” (AIDAR, 2007 apud SILVA, 2009).

Entre os equidistantes pensamentos sobre de que lado está o cooperativismo, destacamos a seguinte advertência e seus riscos para o cooperativismo camponês autêntico e solidário:

[...] existem três fatores que, isoladamente ou em conjunto, impulsionam as cooperativas agrícolas a reproduzirem ou reforçarem a estrutura econômica

capitalista. Primeiramente, o fato de serem praticamente inacessíveis a grande maioria dos trabalhadores rurais existentes no país e terem pequena significação para importante parcela da população camponesa. Em segundo, o fato de que normalmente um grupo minoritário de produtores ricos domina os demais cooperados por meio de sua influência política e do poder econômico. Esse pequeno grupo passa a revezar-se nos cargos administrativos da empresa e ditam os rumos da sua interação com o mercado. A elevada burocracia, o baixo nível de instrução escolar dos pequenos produtores e a rápida expansão da cooperativa contribui decisivamente para que ocorra a subordinação. Combinados, todos estes elementos fazem com que os pequenos cooperados sintam-se desestimulados a participação efetiva e a não crer mais no controle democrático da cooperativa pelos sócios (MACHADO, 2006, p. 48-49).

Ressaltamos ainda que a inserção do camponês em cooperativas ocasionou, também sua inserção no mercado, de forma que muitos seguiram a práxis do modo de produção vigente. Os diversos casos de cooperativas camponesas que se perderam na complexidade do modo de produção capitalista são um desafio proposto ao pensamento contemporâneo que está nascendo na academia, nos movimentos populares e nas políticas públicas. A importância da produção camponesa para a sociedade é refletida no seu cotidiano. Conforme veremos a seguir, a agricultura familiar vem garantindo o abastecimento das cidades e evitando um desequilíbrio alimentar na cesta básica brasileira.

Agricultura familiar no Brasil: o que dizem os números?

Resumidamente, Neves (2007) destaca que os princípios de classificação da agricultura familiar recaem sobre renda,

condições de vinculação ao mercado, apropriação da terra e apropriação do produto do trabalho.

Diante da emergência classificatória para os dispersos agricultores, o governo brasileiro delimitou, através da Lei 11.326 de 14 de julho de 2006, os agricultores familiares da seguinte forma:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A circunscrição do camponês ao termo agricultor familiar não desfaz o caráter contínuo que representa a história social, política e produtiva do campesinato. Assumida ou não pelo novo conceito, os camponeses tendem a coexistir, como sempre fizeram, ao modo de produção em vigor.

Retomando a questão da Lei 11.326, mesmo diante das adversidades de investimentos públicos, a agricultura familiar brasileira desempenha um papel indispensável, seja na produção de alimentos mais saudáveis, seja na ocupação de pessoas.

Como é de conhecimento geral, durante muito tempo a agricultura brasileira foi direcionada apenas para exportação. São as exportações que garantem a modernização da agricultura brasileira e proporcionam

um dilema tecnológico entre o que se produz para exportar e o que se produz para “casa”.

Esta questão da modernização, aliada às pressões pela geração de divisas cambiais, levará à formação de desequilíbrios na estrutura produtiva rural, um avanço considerável das culturas de exportação sobre as de consumo doméstico (NETO, 1997, p. 38).

Mas, antes de considerarmos o fator modernização, vale relembrar que o maior desafio do Brasil ainda encontram-se na democratização da terra. A concentração de terras, representada pelo Índice de Gini³, aumentou de 0,836 em 1967 para 0,854 em 2006. Chegando a 0,999, o município de Pindaré-Mirim, no Maranhão, foi palco de grandes conflitos pela terra na década de 1970.

Para ilustrar, na tabela a seguir onde destacamos o Índice de Gini de algumas unidades da federação:

Tabela 1 – Índice de Gini em algumas unidades federativas do Brasil

Região/UF	Gini 1992	Gini 2003	Região/UF	Gini 1992	Gini 2003
Norte			Sul		
AC	0,883	0,785	RS	0,713	0,693
AP	0,842	0,585	SC	0,625	0,607
AM	0,935	0,837	PR	0,693	0,677
PA	0,888	0,823			
Nordeste			Sudeste		
CE	0,684	0,691	SP	0,750	0,744
MA	0,740	0,719	RJ	0,728	0,738

³ Quanto mais próximo de 1, maior a concentração de terras.

BA	0,802	0,807	MG	0,745	0,741
PI	0,743	0,755			
Centro-oeste					
GO	0,717	0,720			
MS	0,807	0,805			
MT	0,813	0,763			

Fonte: DATA LUTA/INCRA 2003

Como pode ser visto na tabela, não há, nos estados selecionados, um índice menor que 0,500. Significa dizer que ao longo de 10 anos não houve uma política nacional séria que desconcentrasse terras. O Amapá foi a unidade federativa onde houve a maior redução no índice (0,257), considerada altíssima diante da variação das outras unidades, indo de 0,02 em Mato Grosso do Sul até 0,98 no Amazonas e no Acre. Goiás, Piauí e Bahia aumentaram sua concentração de terras em 0,03, 0,12 e 0,05 respectivamente.

Essa concentração se mantém e reflete a falta de uma política de reforma agrária que assente as milhares de famílias acampadas à beira das estradas ou às margens de grandes latifúndios.

Conforme dados do INCRA, Tabela 2, os números refletem o quanto a questão agrária não vem sendo tratada com seriedade tanto por grupos de direita quanto por grupo considerados de esquerda.

**Tabela 2 - Números oficiais da reforma agrária no Brasil
1994 a 2009**

Anos	Decretos desapropriatórios (Imóveis)	Área (1000 ha)	Nº de projetos implantados	Área (1000 ha) incorporada ao programa de reforma agrária	Nº de famílias assentadas
Até 1994	1.296	15.573	937	16.456,6	143.224
1995 a 1998	2.223	73.06,8	2.330	12.435,6	224.228
1999 a 2002	1.313	29.70,6	1.956	8.826,3	139.585
2003 a 2006	1.302	27.86,4	2.365	32.645,2	381.419
2007 a 2008	344	737,9	723	10.521,8	n/d
2009	n/d	n/d	297	4.616,2	n/d
Totalização	6.478	29.345,7	8.608	85.501,4	948.456
n/d = não disponível					

Fonte: INCRA 2010

O objetivo da reforma agrária é garantir que o campo tenha novos assentados produzindo conforme os agricultores familiares, elevando a quantidade de produtos vegetais e animais que servirão tanto para o autoconsumo quanto para comercialização, estando à disposição da população citadina.

Quando relacionamos a agricultura familiar com a não familiar, percebemos que há uma injustiça social e política considerável para um país que se propõe a ser um Estado democrático.

Conforme dados do censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar representa 84,4% de estabelecimentos rurais, mas ocupa apenas 24% de toda área. Enquanto isso, os agricultores não familiares representam 15,6% e concentram 76% do território rural brasileiro. Estes agricultores não familiares também representam a concentração de renda e, por conseguinte, junto com o governo brasileiro dos anos 1970 e 1980, promoveram a chamada “modernização conservadora”⁴ (GRAZIANO 1982, apud NETO, 1997).

Mesmo diante dessas adversidades, a agricultura familiar supera a agricultura não familiar em pessoal ocupado (74,4% contra 25,6%) e participa do valor bruto da produção em 59 milhões contra 89 milhões da agricultura não familiar. Grosso modo, se a democratização das terras aumentasse em 50%, a agricultura familiar participaria em quase 123 milhões e teríamos mais pessoas ocupadas no meio rural.

Apesar de cultivar em uma área de 17 milhões de hectares, a agricultura familiar é responsável por 87% da produção de mandioca; 70% de feijão; 46% de milho; e 34% de arroz (INCRA, 2006).

Mesmo em face dessa realidade, o camponês brasileiro sem terra se vê isolado das políticas de acesso à terra, assim como os que estão nas terras se veem sem condições de se manter diante das pressões dos grandes projetos⁵ que, para dar espaço a uma produção monocultural extensiva, com utilização de agrotóxicos ofensivos, prejudicam não apenas suas áreas como também as áreas vizinhas, provocando a

⁴ O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. No Brasil, este termo foi primeiramente utilizado por Alberto Passos Guimarães em 1977, servindo para representar a “estratégia de modernização conservadora”, assim chamada porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

⁵ Agronegócio, usinas hidrelétricas, pecuária extensiva, etc.

expulsão de famílias camponesas de suas terras – seu principal meio de produção e consumo. Conforme os números de 1996 e 2006, a quantidade de estabelecimentos aumentou em 412 mil, mas a área em hectares diminuiu 1%, passando de 107,8 milhões em 1996 para 106,8 milhões em 2006.

Nos assentamentos ou nas suas pequenas propriedades herdadas há gerações, os camponeses sentem a necessidade de se organizarem no intuito de amenizar as dificuldades encontradas na terra. Essa organização se dá em forma de mutirões e ajuda mútua, reproduzindo uma economia tradicional conhecida como economia da reciprocidade (SABOURIN, 2009). Na maioria das comunidades rurais ou assentamentos, os camponeses recorrem ao associativismo como elemento político, jurídico e representativo junto a órgãos públicos e também privados com os quais precisam manter relações. Do mesmo modo, desde a década de 1990, os camponeses viram no cooperativismo popular uma ferramenta que organiza a produção, comercializa e distribui o excedente produzido na comunidade ou no próprio município.

Desde o Estado Novo, o cooperativismo brasileiro teve apenas um caráter empresarial capitalista. Conforme Chiariello (2008, p. 27), “o processo de desenvolvimento das cooperativas correspondeu à própria forma de expansão e dominação do capital na agricultura”.

Segundo Machado (2006, p. 44), “as origens do cooperativismo agrícola no Brasil se encontram vinculadas à problemática do abastecimento”, problemática esta que assume contornos de crise a partir das últimas décadas do século XIX, com o crescimento dos centros urbano-industriais. O cooperativismo surgiu como uma alternativa a esta situação, proposta inicialmente por grupos de produtores mercantis e, a partir da década de 1930, incorporada e incentivada pelo Estado. De apenas 15 cooperativas contabilizadas em 1935, o número sobe para 643 em 1945 e chega a 1.247 em 1960.

Contudo, paralelamente a esse cooperativismo empresarial, a sociedade brasileira viu nascer um outro cooperativismo proveniente de movimentos sociais camponeses em oposição ao modelo agroexportador.

A proposta era produzir de forma ecológica – por meio de sistemas agroflorestais⁶, criação de pequenos animais, defensivos agrícolas naturais, etc. – e solidária, com produção coletiva. A seguir, apresentaremos uma distinção entre as cooperativas autênticas e as cooperativas empresariais:

As primeiras são formadas por pequenos produtores rurais, baseadas nos princípios cooperativos, que buscam agregar suas potencialidades em torno de um empreendimento coletivo. Já as segundas surgem da coalizão de interesses de grandes proprietários rurais para adquirir incentivos do Estado e compactuar o poder do latifúndio, subordinando os pequenos produtores e, por fim, contribuindo para a lógica de acumulação de capital no campo. (DUARTE 1986, apud CHIARIELLO, 2008, p. 25).

Conforme o coordenador nacional do movimento, João Pedro Stédile (2011): “Nós defendemos políticas que priorizem a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Uma combinação de distribuição de terras com agroindústrias nos assentamentos na forma cooperativa voltadas para o mercado interno”.

De acordo com o mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários⁷ – EES – realizado em 2005 e 2007 pela Secretaria Nacional

⁶ Também conhecido como SAF, é uma técnica camponesa adaptada pela agroecologia que cultiva diversas culturas de forma consorciada em um espaço pequeno.

⁷ Conforme a SENAES, são aquelas organizações:

a) Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

de Economia Solidária – SENAES – foram identificadas 2.115 cooperativas autênticas e populares. O crescimento das cooperativas e demais empreendimentos solidários é resultado da formação e surgimento de organizações não governamentais, federações de trabalhadores rurais ou urbanos. Assim, destacamos como agentes que fomentam o desenvolvimento de cooperativas populares a Unicafes⁸, a Contag⁹, a CUT¹⁰, o MST, o CENTRU¹¹, incubadoras e demais ONGs progressistas.

b) Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já tiver definido sua atividade econômica.

c) Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

d) Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

e) São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empendimento.asp

⁸ União Nacional das Cooperativas de Agricultores Familiares e de Economia Solidária

⁹ Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

¹⁰ Central Única dos Trabalhadores

¹¹ Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

Agricultura familiar e cooperativas camponesas no Maranhão

Conhecido pela sua dualidade, o Maranhão leva consigo a contradição secular de ao mesmo tempo que se apresentar como um dos estados mais férteis e ricos da federação, está entre os mais deficientes econômica e socialmente. Sua história apresenta dados que vão de maior produtor de cereais a estado mais miserável, além de ser também o maior exportador de mão de obra barata para os diversos serviços.

Com uma população de mais de 6,5 milhões e uma área de 331.915,507 km², 36,9% da população maranhense vivem no campo em 278.592 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 116.010,31 km². Os outros 10.190 estabelecimentos são coletivos.

Conforme Tabela 3, a produção de alimentos presentes diariamente ou não na mesa do maranhense cresceu entre os anos de 1995 e 2006 numa variação de 113.696 ha para a produção de arroz; para o feijão houve uma queda de 26.060 ha, ou seja, o dobro da área colhida em 1995. A mandioca, matéria-prima da farinha, alimento bastante presente na alimentação do maranhense, cresceu em 86.529 ha.

Tabela 3 - Produção vegetal e área colhida dos estabelecimentos agropecuários por tipo de produção vegetal no Maranhão - série histórica (1920/2006)

Tipo de produção vegetal	Produção vegetal (t)		Área colhida (ha)	
	1995	2006	1995	2006
Arroz em casca	561.255	1.092.705	409.848	523.544
Feijão em grão	15.022	18.441	51.719	25.659
Mandioca	584.731	1.315.186	107.489	294.018

Fonte: IBGE 2006

A produção desses alimentos segue a mesma linha nacional, tendo a agricultura familiar como principal responsável pelo abastecimento da mesa da população maranhense.

Um dado do IBGE (2010) que causou espanto refere-se ao fato de 36,9% da população maranhense ainda vivem no campo. Diante disso, o que está em questão não é a quantidade de pessoas que vivem no meio rural, mas a ausência de serviços públicos básicos e essenciais para a vida de um cidadão.

Ainda segundo o IBGE (2010), 91,31% dos agricultores maranhenses são familiares e ocupam mais de 262 mil estabelecimentos agropecuários, ao passo que os outros 8,69% representam a agricultura não familiar, conhecida também como patronal. Contudo, o que vale criticar é o acesso desses camponeses aos serviços públicos que fomenta a produção, gere renda e desconstrua a ideia de que morar no campo seja sinônimo de pobreza. A exemplo da falta de políticas públicas para o camponês maranhense, a Tabela 4 demonstra que o acesso ao crédito ainda não atende de forma séria à unidade familiar de produção.

Considerando a Lei 11.326 que delimita o agricultor familiar e tendo o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como principal programa de atendimento ao agricultor familiar brasileiro, formulamos uma tabela que representa a quantidade de estabelecimentos maranhenses que tiveram acesso a crédito em 2006.

Tabela 4 - Números de estabelecimentos agropecuários, condição do produtor e grupos de área total que obtiveram financiamento pelo PRONAF em 2006

Condição do produtor	Grupos de área total	Quantidade
Proprietário	De 4 a menos de 5 ha	143
	De 5 a menos de 10 ha	552
	De 10 a menos de 20 ha	987
	De 20 a menos de 50 ha	2.735
	De 50 a menos de 100 ha	1.931
	De 100 a menos de 200 ha	997
Assentado sem titulação definitiva	De 4 a menos de 5 ha	32
	De 5 a menos de 10 ha	79
	De 10 a menos de 20 ha	88
	De 20 a menos de 50 ha	517
	De 50 a menos de 100 ha	46
	De 100 a menos de 200 ha	18
Arrendatário	De 4 a menos de 5 ha	25
	De 5 a menos de 10 ha	38
	De 10 a menos de 20 ha	82
	De 20 a menos de 50 ha	143
	De 50 a menos de 100 ha	61
	De 100 a menos de 200 ha	18
Parceiro	De 4 a menos de 5 ha	6
	De 5 a menos de 10 ha	5
	De 10 a menos de 20 ha	4

	De 20 a menos de 50 ha	2
	De 50 a menos de 100 ha	19
	De 100 a menos de 200 ha	10
Ocupante	De 4 a menos de 5 ha	54
	De 5 a menos de 10 ha	113
	De 10 a menos de 20 ha	98
	De 20 a menos de 50 ha	135
	De 50 a menos de 100 ha	64
	De 100 a menos de 200 ha	31
Total		9.031

Fonte: IBGE 2006

Com um total de mais de 804 mil pessoas ocupadas no campo, somente 9.033 tiveram acesso a crédito em 2006. Destes, 81,3% são proprietários, o que significa dizer que ocupantes, assentados sem titulação, arrendatários e parceiros (que representam 19,6%) sentem bastante dificuldade para ter acesso a investimentos ou custeios através do PRONAF.

É nesse contexto que os camponeses se organizam primeiramente em sindicatos e associações e/ou grupos informais no intuito de reivindicar a presença de políticas públicas e sobreviver diante das adversidades do capital.

Organizar-se em cooperativas vem sendo uma alternativa encontrada pelos camponeses maranhenses. Em 2007, a SENAES mapeou 48 cooperativas consideradas empreendimentos econômicos solidários; destas, 50% estão relacionadas com o campesinato, pois somente a Unicafes-MA conta com 24 cooperativas que se classificam entre prestação de serviços e produção agrícola e extrativista.

Mantendo também uma relação com a Unicafe-MA, a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA) é organizada com 48 sócios individuais e 28 coletivos. Entre os sócios coletivos, há cooperativas camponesas, uma no município de Esperantinópolis e outra em Lago do Junco. Estas, por sua vez, somam 244 cooperados que produzem mesocarpo, óleo, sabonete do babaçu, além de arroz, feijão e farinha, e comercializam na própria região compreendendo os municípios de São Luiz Gonzaga, Lago dos Rodrigues e Pedreiras. As cooperativas, por intermédio da ASSEMA, comercializam derivados do babaçu com países europeus.

Outra entidade que assessora os camponeses maranhenses desde 1984 é o CENTRU. Fundado em Recife/PE, o CENTRU sempre teve como foco a educação, formação e capacitação dos trabalhadores rurais com ou sem terra para que estes se tornassem lideranças massivas. No início da década de 1980, a educação fornecida pelo CENTRU era direcionada para formação de lideranças camponesas em luta pela terra. Na década de 1990, o foco passou a ser a organização dos camponeses em cooperativas agroextrativistas.

Em 2000, o CENTRU criou a Central das Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão (CCAMA) que passa a congregar oito cooperativas – filiadas ou não – nos seguintes municípios: Amarante (COOPRAMA), Imperatriz (COOPAI), João Lisboa (COOPALJ), Loreto (COOPRAL), Montes Altos (COOPEMI), Riachão (COAGRIL), Estreito (COOPAEMA) e São Raimundo das Mangabeiras (COOPEVIDA).

O cenário do cooperativismo camponês maranhense é expressivo em quantidade e articulação institucional, sobretudo se levarmos em consideração a luta e o esforço diante da ausência do poder público, principalmente do Estado do Maranhão. Todos os programas governamentais de incentivo ao cooperativismo são oriundos do governo federal. O Estado do Maranhão não dispõe de nenhum programa ou política que venha fortalecer as organizações cooperativas tanto dos camponeses quanto dos cidadãos.

Para os agricultores familiares organizados em cooperativas no Maranhão restam apenas os recursos do PRONAF Custeio e Investimento em Agroindústrias Familiares e PRONAF Agroindústria variando de R\$ 50 mil a R\$ 2 milhões. Como essas cooperativas não são filiadas a OCB, também não são contempladas com os programas Cooperjovem ou Jovens Lideranças¹². Além do mais, estes programas destinam-se a quem tem acesso a internet ou está próximo de uma agência bancária do BNB ou do Banco do Brasil. As informações são insuficientes e não facilita o acesso dos camponeses cooperativados a esses recursos.

Conforme dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central (2010), sete cooperativas agropecuárias tiveram acesso a R\$ 1.135.000 sendo R\$ 890 mil para custeios de seis cooperativas e R\$ 245 mil para uma. Todo o recurso fora destinado para fins agrícolas. Não se sabe se esses recursos foram destinados para agricultores familiares ou cooperativas patronais formada por monocultores.

Um diagnóstico socioeconômico realizado pela COOSERT¹³ em 2009 com 14 cooperativas filiadas à Unicafe levantou informações pertinentes quanto ao número de cooperados, à posse ou não de áreas coletivas, às culturas existentes e aos produtos comercializados pelas cooperativas.

As cooperativas diagnosticadas, segundo a Tabela 5, apresentam um total de 1.645 cooperados da agricultura familiar que utilizam ou possuem terras coletivas. De acordo com Chiariello (2008), “a coletivização dos recursos naturais e instrumentais faz com que as atividades de trabalho e a sociabilidade dentro do empreendimento sejam permeadas pela lógica da cooperação e solidariedade”.

Ainda de acordo com a Tabela 5, percebemos que as principais culturas – também comercializadas – que caracterizam a agricultura

¹² Tanto a Cooperjovem quanto as Jovens Lideranças são programas da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que fomenta o cooperativismo nas escolas de ensino fundamental e médio.

¹³ Cooperativa de Serviços Técnicos

familiar estão presentes no processo produtivo que envolve essas cooperativas, tais como o arroz, feijão, mandioca criação de pequenos animais, carne bovina, além das culturas agroextrativistas, como extração do óleo e azeite do babaçu para produção de sabonetes e massa para mingau. Conseqüentemente, a comercialização se faz sobretudo no mercado local, mas alguns outros produtos chegam a ter destino internacional, como o óleo do babaçu.

Tabela 5 – Diagnóstico situacional das cooperativas de produção filiadas à Unicafe

Cooperativa	Nº de cooperados	Possui áreas coletivas	Culturas existentes (geral)	Produtos comercializados	Mercados
Coopaema/Estreito	68	Sim	Arroz, milho, feijão, mandioca (farinha), gado bovino, aves, caprinos, pesca artesanal, suínos, coco babaçu, hortas, apicultura, plantas medicinais, cana de	Castanha de caju, xarope, pomada, farinha, azeite de babaçu, pimenta, arroz, fava, gergelim, mesocarpo do babaçu, sabão de coco, mudas, fitoterápicos.	Local, estadual, nacional e internacional.
Coopaiba/Jenipapo dos Vieiras	660	Sim			
Coopervag/Vargem Grande	70	Sim			
Copalj/Lago do Junco	152	Sim			
Coopaesp/Esperantinópolis	74	Não			
Coopervita/Cantanhede	26	Não			
Coocac/Timon	23	Sim			
Coofac/Caxias	258	Não			

Babaçu Livre/Pedreiras	25	Não	açúcar, caju.		
Coapa/Araiozes	180	Sim			
Coapruai/Alcântara	64	Não			
Coopap/Pinheiro	45	Sim			

Fonte: Unicafe/2009 – tabela elaborada pelo autor

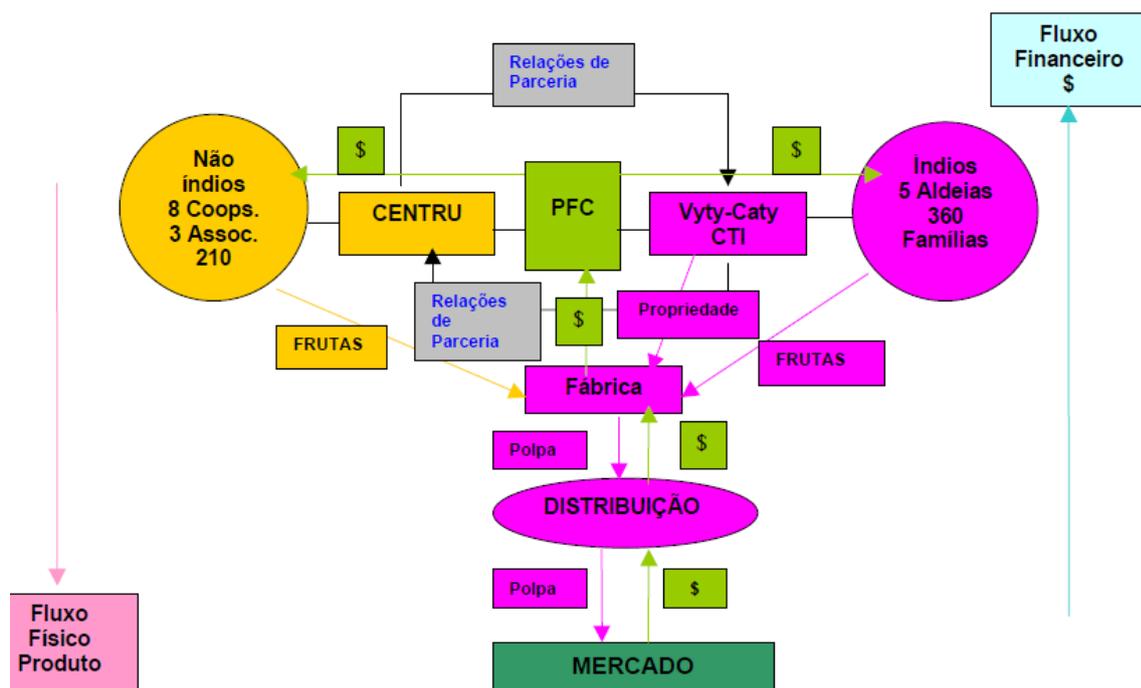
Agricultura familiar e cooperativismo popular nas regiões sul e oeste maranhense

As cooperativas agroextrativistas da Rede CCAMA, objeto de estudo deste trabalho, localizam-se nas regiões sul e oeste maranhense, com uma vegetação predominantemente de cerrado.

Antes da institucionalização da Rede CCAMA, as cooperativas participaram do Projeto Frutos do Cerrado (PFC). Conforme a figura a seguir apresentada, percebemos como as cooperativas contribuíam com o PFC. No círculo amarelo do lado direito, sob a orientação política do CENTRU-MA, as oito cooperativas agroextrativistas forneciam frutas beneficiadas ou *in natura* para o processamento, embalagem e comercialização na Frutasã¹⁴ que fica no Município de Carolina-MA.

¹⁴ Agroindústria de frutas do cerrado de propriedade da Associação Wyty Cate das comunidades Timbiras do Tocantins e Maranhão e do Centro de Trabalho Indigenista, constituída na década de 1990.

Figura 1 - Rede Frutos do Cerrado - RFC



Fonte: Samuel Ribeiro Giordano, 1998

Em 1996/97 as oito cooperativas (COOPRAMA, COOPRAL, COOPAI, COOPEMI, COOPEVIDA, COAGRIL, COOPERJOL e COOPAEMA), além de uma associação agroextrativista de Carolina (AAPPC) e da cooperativa de pequenos produtores de Santa Maria do Tocantins, forneciam 267.700 kg de bacuri (*Platonia insignis*) e 17.975 kg de caju (*Anacardium occidentale*). A Rede também beneficiava outras frutas típicas do cerrado e contava com 360 famílias indígenas, principais responsáveis pela gerência da fábrica, que recebiam assessoria do Centro de Trabalho Indigenista – CTI.

É impossível contextualizar as cooperativas organizadas pelo CENTRU-MA sem perceber a importância do PFC na vida dos camponeses cooperados que estiveram diretamente envolvidos no Projeto. Contudo, as divergências gerenciais, a não entrega de frutas à fábrica e a lucratividade insuficiente foram os principais motivos para a saída das cooperativas da RFC (GIORDANO, 1998).

Diante desse malogro, as cooperativas tomaram caminhos distintos: com a desfiliação de cooperados desestimulados, algumas fecharam as portas enquanto outras decidiram criar outra Rede somente de cooperativas agroextrativistas. Foi então que, no ano 2000, o CENTRU-MA reuniu estas cooperativas e resolveu pela fundação de uma Central que congregasse os agroextrativistas do Maranhão com o objetivo de fortalecer a produção agrícola familiar, prestar assistência técnica e viabilizar a comercialização de forma solidária e coletiva.

Com a criação da CCAMA, vieram os técnicos que, em total parceria com o CENTRU-MA, desenvolviam projetos socioeconômicos produtivos e educacionais junto aos cooperados da rede. Os novos desafios estavam no processo de reanimação e capacitação dos camponeses cooperados ou simpatizantes da luta agroecológica. A ideia era fomentar o agroextrativismo, servindo como alternativa frente ao avanço das fronteiras agrícolas da soja, principal monocultivo na região sul.

Em 2007, a Rede CCAMA, com recursos do Banco do Nordeste do Brasil, realizou um mapeamento da agricultura familiar nas regiões sul e oeste do Estado. O universo da pesquisa envolveu 35 associações e cinco cooperativas – COOPEVIDA, COOPRAL, COOPEMI, COOPAI e COPRAMA. As informações foram coletadas, tabuladas e publicadas em uma cartilha entregue aos parceiros, tais como sindicatos de trabalhadores rurais, associações, escolas familiares agrícolas, bancos, secretarias e prefeituras.

Com 516 questionários consolidados, o mapeamento abordou todos os municípios bem como os camponeses vinculados direta ou indiretamente à Rede. Segundo a pesquisa, 77% dos camponeses são alfabetizados, contudo 78% não concluíram o ensino fundamental. Um dado

interessante é que apenas 20% dos pesquisados possuem idade acima de 25 anos, o que caracteriza uma população juvenil bastante significativa; além disso, 70% dos pais afirmaram que o campo pode ser um ambiente de moradia para os filhos concludentes do ensino superior.

No que se refere à participação desses agricultores camponeses em grupos organizados: 54% são filiados ao STTR¹⁵, enquanto 37% estão em associações e 8% em cooperativas. Isso pode ser considerado uma evolução no processo de organicidade, civilidade e fortalecimento da Rede na continuidade geracional. Além do mais, o envolvimento em organizações comunitárias é o principal responsável pela alta percentagem de participação em reuniões (30%), assembleias (26%) e mutirões (23%).

Contudo, as carências nos serviços públicos são bastante citadas nas entrevistas. Falta de água, falta de assistência técnica, falta de recursos financeiros, péssimas condições das estradas e falta de energia elétrica são comuns em quase todas as comunidades.

A ausência de políticas públicas dificulta relevantemente a produção e a comercialização, além de comprometer a qualidade do produto. Embora os programas sociais representem 12% da fonte de renda desses agricultores e a aposentadoria 18%, é a produção na propriedade que garante 64% da renda familiar.

De acordo com o mapeamento, foram identificados 13 tipos diferentes de cultivo na unidade familiar de produção. Destacamos a presença do arroz em 89% das unidades, bem como feijão (86%), mandioca (57%), milho (76%), frutas (30%) e legumes/hortaliças (37%). Além dessa produção, os agricultores familiares desenvolvem criações de pequenos animais (59%), como caprinos, aves, suínos e abelhas, e também de gado bovino (41%).

Com relação à agroindustrialização, as dificuldades são maiores, pois apenas 26% afirmaram não beneficiar a produção devido à falta de

¹⁵ Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

recursos para adquirirem máquinas/equipamentos que industrializem a produção. Por conseguinte, a comercialização se dá por intermédio do atravessador que compra o produto *in natura* e revende nos centros urbanos. Para se ter uma ideia, apenas 9% da comercialização é feita pelo próprio produtor, enquanto 84% disseram vender a produção diretamente para o atravessador.

O retrato dos camponeses e suas cooperativas agroextrativistas tanto em todo Maranhão quanto nas regiões sul e oeste é semelhante. Podemos sintetizá-lo como um cenário de muitos conflitos, pois esses camponeses são oriundos de luta pela terra em épocas nos quais a grilagem provocou diversos assassinatos.

A criação das cooperativas e associações representa a contínua luta pela terra. A condição de eterno migrante é um sentimento comum para aqueles que sempre se viram à mercê dos mandos e desmandos do agronegócio.

Ainda no final de 2010, conversas com lideranças cooperativistas nos davam conta de que a reestruturação da Frutasã e o acesso às políticas públicas de compra direta e programas de segurança alimentar têm fomentado a venda de produtos oriundos de camponeses cooperados tanto à Rede CCAMA quanto à ASSEMA.

Considerações finais

Os números apresentados sobre a concentração de terras no Brasil; a produção dos agricultores familiares camponeses e o abastecimento doméstico proveniente dessa classe social; a quantidade de pessoal ocupado e de estabelecimentos agropecuários no Brasil e no Maranhão; e as cooperativas camponesas no Maranhão, sua organização, gestão e produção refletem um cenário de adversidades e complexidades ora alheias ora em harmonia com a dinâmica do grande capital.

A complexidade da questão camponesa e de suas cooperativas leva a uma mistificação antropológica ou ao radicalismo marxista. O desafio proposto à academia, aos movimentos sociais e ao Estado talvez esteja na intersecção desses polos que ora se complementam ora se transformam.

A realidade do campo brasileiro não tem uma representação nem para o grande capital nem para os camponeses. Há um conflito constante no campo brasileiro. Um conflito que vai além dos assassinatos. Um conflito de ideias e ideais.

Há discrepância entre o volume de investimentos e custeios bancados pelo Estado brasileiro para o agronegócio e o que é destinado aos agricultores camponeses. No Maranhão, por exemplo, os agricultores familiares representam mais de 91% dos estabelecimentos rurais, mas possuem pouca terra, dificuldades de escoamento da produção devido as más condições das estradas, provocando isolamentos de comunidades camponesas, e ausência de políticas ou programas governamentais que fomentem a produção de alimentos e reabasteçam o mercado interno.

O dinamismo da agricultura familiar camponesa no Maranhão é provocado por ONGs nacionais ou internacionais, políticas públicas federais e pelos próprios esforços dos camponeses que através da ajuda mútua têm garantido a sobrevivência das coletividades locais.

As cooperativas são instrumentos institucionais que vêm sendo utilizados pelos camponeses para resistir na terra recém-conquistada e poder produzir e distribuir de forma coletiva e justa. Muitas dessas cooperativas sobrevivem de incentivos da União ou de ONGs, mas são poucas as que sobrevivem com seu próprio capital.

É insignificante o resultado econômico das cooperativas. Contudo, é extremamente relevante o que a vida em cooperativa vem proporcionando tanto aos camponeses cooperados quanto às comunidades onde estão inseridas. Solidariedade, capacitações, técnicas agroecológicas, compreensão política, organização sindical, perspectivas de gênero, etnia e geração são bens imateriais não percebidos pelo

economicismo, mas que fortalecem e movimentam a luta e resistência camponesa no Maranhão.

Referências bibliográficas

CENTRAL DE COOPERATIVAS AGROEXTRATIVISTAS DO MARANHÃO. **Mapeamento da agricultura familiar agroextrativista na Rede CCAMA: Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.** Imperatriz: BNB, março de 2007.

CHAYANOV, Alexander. **La organizacion de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision. 1974.

CHIARIELLO, Caio Luis. **Análise de cooperativas rurais tradicionais e populares: um estudo de casos na COCAMAR e COPAVI.** 151f. Dissertação (mestrado em Engenharia da Produção) Universidade de São Carlos, São Carlos, 2008.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Aspectos sociais e relações interinstitucionais do Projeto Frutos do Cerrado, uma avaliação crítica.** Carolina/MA, 1998, disponível em <[http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/632007154035 .pdf](http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/632007154035.pdf)> acesso em junho de 2011.

IBGE. **Censo agropecuário de 2006.** Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

_____. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

INCRA. **Números oficiais da reforma agrária.** Disponível em <[http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros reforma agraria](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros_reforma_agraria)>. Acesso em julho de 2011.

MACHADO, João Marcelo Borelli. **A formação brasileira e as cooperativas agrícolas: dispositivos jurídicos para a subordinação**

econômica camponesa. 89 f. Dissertação (mestrado em Direito) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Maçano, MARQUES, Marta Inez Medeiros e SUZUKI, Júlio Cezar (orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Fernanda Martinez. **Frutasã: uma aliança interétnica pelo cerrado**. Carolina/MA. Disponível em <http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Hist%C3%B3rias/2005/Alianca_interetnica_pelo_cerrado.pdf> acesso em 26 de fevereiro de 2007.

REDE FRUTOS DO CERRADO. **Estudos para a reestruturação da RFC: Relatório final de consultoria**. Natal, dezembro de 1998.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Trad. por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil**. Brasília, MTE, 2007.

SHANIN, Teodor. Definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, jul/dez de 2005.

SILVA, Cloves Antônio. Empreendedorismo cooperativista: organização sustentável impulsionadora do desenvolvimento e crescimento do Maranhão. In: **VI CONBRAD**. Artigo apresentado em Maringá/PR, 14 a 17 de setembro de 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STÉDILE, João Pedro. O MST muda o foco, a prioridade agora, diz Stédile, é a agroecologia. Entrevista concedida à Soraya Aggege à **Revista Carta Capital** em 3 de agosto de 2011.

UNICAFES. **Diagnóstico situacional das cooperativas de produção da agricultura familiar e economia solidária, filiadas à Unicafes/MA**. São Luis, outubro de 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades**. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 ministrada no CPDA/UFRRJ. Disponível em < <http://r1.ufrrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>> acesso em 9 de abril de 2010.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Congresso Anual da ANPOCS**, GT 17, processos sociais agrários. Caxambu, MG, outubro de 1996.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Artigo recebido para publicação em:

16 de agosto de 2011.

Artigo aceito para publicação em:

06 de fevereiro de 2012.

Como citar este artigo:

SILVA, Johnny Santos da. “Agricultura familiar e cooperativismo no Maranhão”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n.1, p. 50-84, 2012.